



ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO
Nº 11.2.0048.1, DE 22/02/2011,
CELEBRADO ENTRE O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E
ESTADO DE PERNAMBUCO, NA
FORMA ABAIXO:

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

o ESTADO DE PERNAMBUCO, doravante denominado **BENEFICIÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife, PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.571.982/0001-25, por seu representante abaixo assinado;

têm, entre si, justo e acordado aditar o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0048.1, adiante designado simplesmente CONTRATO, celebrado entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, por instrumento particular, em 22 de fevereiro de 2011, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:



PRIMEIRA

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA OITAVA

"OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BENEFICIÁRIO"

Em face do acordo ora celebrado, as partes resolvem aditar o CONTRATO para tornar sem efeito o inciso XIV da Cláusula Oitava.


Ernani Medeiros
PEB



Sônia de O. Escalho
Advogada

SEGUNDA**ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA NONA****"CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO"**

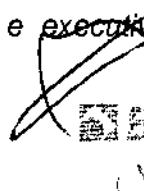
Em face do acordo ora celebrado, as partes resolvem aditar os incisos II e II da Cláusula Nona do CONTRATO para (i) tornar sem efeito as alíneas "d" e "e" do inciso II; e (ii) incluir a alínea "f" no inciso III. Em face destas alterações ora propostas, a Cláusula Nona do CONTRATO passa a vigor, a partir da presente data, com a seguinte redação:

"NONA**CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"** retromencionadas, e das estabelecidas nas **"NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO"**, a que se refere o artigo 2º das mesmas **"DISPOSIÇÕES"**, fica sujeita ao atendimento das seguintes:

- I - Para utilização da primeira parcela do crédito:
 - (...)
- II - para utilização da parcela do crédito destinada ao Subcrédito "B":
 - a) apresentação do Termo de Aceitação da Arena conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s);
 - b) apresentação do pronunciamento do Tribunal de Contas da União – TCU acerca do projeto executivo da Arena;
 - c) apresentação do projeto executivo da Arena aprovado pela FIFA;
 - d) (sem efeito);
 - e) (sem efeito);
 - f) aprovação dos projetos básico e executivo da Arena pelo


Ernani Medeiros
PGE


BNDES
Sabrina de O. Elcaífo
Advogada

Corpo de Bombeiros;

- g) apresentação do Alvará de Construção emitido pela Prefeitura de São Lourenço da Mata; e
- h) apresentação do projeto executivo da Arena Multiuso da Copa 2014 aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º, §1º da Lei n.º 8.666/1993, acompanhado da seguinte documentação:
 - (i) declaração expressa do autor do projeto executivo e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;
 - (ii) anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos autores de todos os documentos técnicos relacionados com a obra, incluindo os projetos de engenharia e arquitetura, os orçamentos, especificações técnicas, cadernos de encargos, memoriais descritivos, conforme estabelece o artigo 1º da Lei no. 6496/1977;
 - (iii) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto da arena atende, no que couber, aos requisitos previstos na Portaria do Ministro de Estado do Esporte no. 124/2009, relativa ao Decreto no. 6.795/2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei no. 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor); e
 - (iv) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto atende as condições impostas pelas concessionárias de serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telefonia.

III - para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do BENEFICIÁRIO ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;


Ernani Medeiros
PGE



BNDES
Sabrina de O. Bicalho
Advogada


- b) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débito – CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pelo BENEFICIÁRIO no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- c) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da INTERNET, a ser verificada pelo BNDES, no endereço www.mpas.gov.br (art. 7º da Lei nº 9.717, de 27.11.98 e Decreto nº 3.788, de 11.04.2001);
- d) cumprimento da obrigação estabelecida na Cláusula Oitava, inciso VII, deste Contrato;
- e) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do BENEFICIÁRIO sobre a continuidade da validade de tal documento; e
- f) inexistência de comunicação formal emitida pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, informando o descumprimento dos compromissos relativos ao entorno do empreendimento apoiado, conforme pactuados na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014."

TERCEIRA

RATIFICAÇÃO

São ratificadas, neste ato, pelas partes contratantes, todas as Cláusulas e condições do CONTRATO, no que não conflitarem com o que se estabelece neste Aditivo, não importando o presente em novação.


Ernani Medicis
PSS


BNDES

Gebrina de O. Bicalho
Advogada


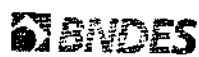
QUARTA
PUBLICAÇÃO

Obriga-se o BENEFICIÁRIO a proceder à publicação do extrato deste Aditivo no veículo oficial de imprensa do Estado de Pernambuco, reservado ao BNDES o direito de considerar vencido antecipadamente o CONTRATO, caso tal publicação não lhe seja comprovada no prazo de 30 (trinta) dias, contado desta data.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Sabrina de Oliveira Bicalho, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Ernani Medeiros
PGE



Sabrina de O. Bicalho
Advogada

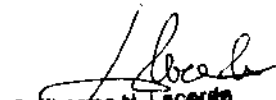


Folha de Assinaturas do Aditivo nº 01 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0048.1, celebrado entre o BNDES e o Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012

Pelo BNDES:


Julio C. M. Ramundo
Diretor


Guilherme N. Lacerda
Diretor

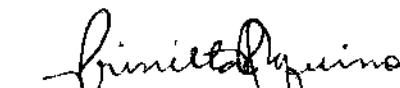
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES


Pelo BENEFICIÁRIO:



ESTADO DE PERNAMBUCO


TESTEMUNHAS:


Nome: Brinilda Pinto de Aquino
Identidade: 24.120.178-0 SSP/SP
CPF: 250.758.638-92


Nome: SÉRGIO FONTES
Identidade: 3638092 IFP/RJ
CPF: 433949227-20


Ernani Medeiros
PGE




Sabrina de O. Bicalho
Advogada